

Ataques à imprensa e negacionismo do conhecimento científico: o caso brasileiro na pandemia de Covid-19

Attacks on the press and denial of scientific knowledge: the Brazilian case in the Covid-19 pandemic

Ataques à imprensa e negacionismo do conhecimento científico: o caso brasileiro na pandemia de Covid-19

**Razón
y Palabra**

e-ISSN: 1605-4806

VOL 25 N° 114 mayo - agosto 2022 Monográfico pp. 176 - 193

Recibido 21-06-2022 Aprobado 31-08-2022

Magali Moser

Brasil

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

magali.moser@gmail.com

Janaína Kronbauer

Brasil

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ksjanaine@gmail.com

Leoní Serpa

Brasil

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

leoniserpa@gmail.com

Resumo

Uma campanha de agressões ao jornalismo profissional e o negacionismo à ciência estimulados pelas próprias autoridades públicas tornam o Brasil um caso peculiar em âmbito internacional, levando-o ao epicentro da pandemia de Covid-19. Com quase 670 mil mortes (até 20 de maio de 2022), o caso brasileiro escancara uma ação sistemática mobilizada contra o trabalho jor-

nalístico e o conhecimento científico. Este estudo se concentra nas violências mais frequentes impingidas contra jornalistas – identificadas como *Censura e Descredibilização da Imprensa*, com base nos *Relatórios de Violência e Liberdade de Imprensa 2020 e 2021* – e seu cruzamento com informações relativas à pandemia de SARS-CoV-2. A partir do método da análise de conteúdo (Bardin, 2012), o objetivo geral é analisar de que forma os ataques ocorrem e as estratégias de que o governo faz uso para sua persecução. Como resultado, evidencia-se que os atos de violência praticados contra o jornalismo profissional, no Brasil, ressoam também sobre a ciência, especialmente a partir da postura negacionista e anticientífica do atual mandatário do poder executivo. Esta constatação indica a urgência de uma maior compreensão da sociedade brasileira quanto ao que seja a atividade jornalística profissional, os procedimentos e expedientes por ela utilizados para socializar informações e conhecimentos com o público.

Palavras-chave: Jornalismo, Ciência, Pandemia, Análise de conteúdo.

Abstract

A campaign of aggression against professional journalism and denial of science encouraged by the public authorities themselves make Brazil a peculiar case at the international level, taking it to the epicenter of the Covid-19 pandemic. With almost 670,000 deaths (as of May 20, 2022), the Brazilian case opens wide a systematic action mobilized against journalistic work and scientific knowledge. This study focuses on the most frequent violence perpetrated against journalists – identified as Censorship and Discrediting of the Press, based on the Violence and Press Freedom Reports 2020 and 2021 – and its cross-referencing with information regarding the SARS-CoV-2 pandemic. Based on the content analysis method (Bardin, 2012), the general objective is to analyze how attacks occur and the strategies that the government uses to pursue them. As a result, it is evident that the acts of violence practiced against professional journalism in Brazil also resonate with science, especially from the denialist and anti-scientific posture of the current representative of the executive power. This finding indicates the urgency of a greater understanding of Brazilian society regarding what the professional journalistic activity is, the procedures and expedients used by it to share information and knowledge with the public.

Keywords: Journalism, Science, Pandemic, Content Analysis.

Resumen

Una campaña de agresión contra el periodismo profesional y negación de la ciencia alentada por los propios poderes públicos hacen de Brasil un caso peculiar a nivel internacional, llevándolo al epicentro de la pandemia de la Co-

vid-19. Con casi 670.000 muertos (al 20 de mayo de 2022), el caso brasileño abre de par en par una acción sistemática movilizada contra el trabajo periodístico y el conocimiento científico. Este estudio se centra en las violencias más frecuentes perpetradas contra periodistas -identificadas como Censura y Desprestigio de la Prensa, con base en los Informes de Violencia y Libertad de Prensa 2020 y 2021- y su cruce con información sobre la pandemia del SARS-CoV-2. Basado en el método de análisis de contenido (Bardin, 2012), el objetivo general es analizar cómo ocurren los ataques y las estrategias que utiliza el gobierno para perseguirlos. Como resultado, se evidencia que los actos de violencia practicados contra el periodismo profesional en Brasil también resuenan con la ciencia, especialmente desde la postura negacionista y anti-científica del actual representante del poder ejecutivo. Este hallazgo indica la urgencia de una mayor comprensión de la sociedad brasileña sobre lo que es la actividad periodística profesional, los procedimientos y los medios utilizados por ella para compartir información y conocimiento con el público.

Palabras clave: Periodismo, Ciencia, Pandemia, Análisis de Contenido.

1. Introdução

O avanço da violência contra jornalistas nas Américas, sobretudo nos últimos anos, tem despertado a atenção mundial. No Brasil, o caso se tornou ainda mais grave com a ascensão da extrema-direita e a chegada de Jair Bolsonaro (Partido Liberal) à presidência da República, em 1º de janeiro de 2019. Se, antes disso, suas posturas expressavam desprezo à imprensa e ao sistema democrático, após assumir o Planalto, as perseguições explodiram, com ataques cotidianos, alcançando proporções históricas. Desde então, as tentativas de desqualificação das práticas jornalísticas profissionais ganharam impulso, legitimando intimidações diversas, inclusive agressões físicas. A denúncia das violações à liberdade de imprensa no país tem como aliado o trabalho de organizações como a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), Sociedade Interamericana de Imprensa (Sip), Artigo 19, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Cada uma das entidades apresenta essas preocupações em estudos específicos que apontam para uma mesma direção: o destaque do Brasil frente à ameaça à democracia e a constatação de que é o próprio presidente brasileiro o principal autor das agressões cometidas contra jornalistas no país¹. Sem ignorar o panorama traçado por outros relatórios, para fins deste artigo, selecionamos para análise dados apresentados nas duas últimas edições do *Relatório de Violência e Liberdade de Imprensa*, da Fenaj, relativas aos anos de 2020 e 2021. Tal escolha se justifica por pelo menos três motivos: 1) Esta é a

1 O mini documentário *Risk, Resilience and Resistance*, apresentado na sexta edição do congresso Safety of journalists, denuncia o cenário de violências cometidas contra jornalistas no Brasil. A obra pode ser acessada em: <https://bit.ly.com/pPxOUc>. Acesso em 07 jun. 2022.

principal entidade de representação da categoria profissional no país, reunindo mais de 40 mil associados; 2) O monitoramento resulta de denúncias feitas muitas vezes pelas próprias vítimas de violência, através de parcerias com os sindicatos de trabalhadores de cada estado, permitindo uma proximidade com as realidades regionais; 3) Estamos de acordo com a premissa de que teoria e prática são indissociáveis e complementares no campo jornalístico.

Para compreender de que modo as informações apresentadas pelo relatório da Fenaj podem ser interpretadas, nos valem do método de análise de conteúdo, nos termos sugeridos por Bardin (2012), e propomos a extração dos dados pela metodologia quanti qualitativa. O artigo foi estruturado tendo como ponto de partida nossa percepção teórica acerca do Jornalismo, entendendo essa explanação como fundamental para compreender melhor o ponto de vista adotado aqui. Em seguida, abordamos a problemática de modo panorâmico, no contexto do ecossistema de desinformação, para, posteriormente, tratar do caso específico brasileiro. Algumas das principais noções teóricas que nos amparam são as de *jornalismo como conhecimento* (Park, 1940; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992; Donsbach, 2013; Nielsen, 2021; Deuze; Witschge, 2016), *infodemia* (Marçal; Fiolhais, 2010; Bakir; Mcstay, 2017) e *analfabetismo científico* (Sagan, 1998).

Assim, nosso objeto de estudo são os ataques ao jornalismo e à ciência protagonizados pelo presidente do Brasil no contexto da pandemia de Covid-19, durante os anos de 2020 e 2021, tomando-se como base os dados extraídos dos relatórios da Fenaj de cada ano. Deste modo, o objetivo geral que conduz este trabalho é analisar de que forma os ataques ocorrem e as estratégias de que o governo faz uso para sua persecução. Como objetivos específicos, pretendemos: 1) refletir acerca de possíveis concepções teóricas para o jornalismo em um ambiente marcado por ameaças e transformações profundas no panorama midiático; 2) discutir o ecossistema de desinformação e negação no contexto da pandemia; 3) identificar as especificidades dos ataques conduzidos pelo governo à ciência e a jornalistas brasileiros. Acreditamos que essa é uma discussão premente no ambiente jornalístico contemporâneo. Ainda que limitadas, suas evidências representam possíveis avanços na compreensão do fenômeno.

O ano de 2021 foi o mais violento para jornalistas brasileiros desde o início do monitoramento dos ataques à liberdade de imprensa desenvolvido pela FENAJ a partir dos anos 1990. Como apontado em estudo anterior (Moser, Kronbauer, Serpa, 2021), a violência contra jornalistas não se resume a uma questão meramente corporativista ou de condições de trabalho de uma categoria profissional específica, mas ameaça efetivamente a sociedade como um todo, a medida que fragiliza a democracia, colocando-a em xeque. Esse cenário diz respeito, portanto, a um contexto mais amplo, sobre a vida social, a cidadania e o direito à informação. Não por acaso, o lugar do Brasil no Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa, da ONG Repórteres Sem Fronteiras, tem chamado a atenção para a gravidade da situação. Em 2021, o Brasil ficou na pior posição (111^a) entre 180 países, a contar do início do monitoramento, em 2002. No ano passado, subiu apenas uma posição.

Desde a posse presidencial no Brasil, em 1º de janeiro de 2019, o governo em instauração, alegando ameaças e insegurança, submeteu dezenas de jornalistas a rígidos procedimentos de controle e constrangimentos no exercício da atividade daqueles que tinham o dever de acompanhar sua posse. Sem água e cadeiras para sentarem-se, os profissionais e seus equipamentos de trabalho espalharam-se pelo chão, agachados numa espera de mais de cinco horas - da chegada ao espaço a eles reservado na Câmara dos Deputados, até o transcorrer da cerimônia. Inaugurou-se naquela data, o modelo de tratamento que seria dispensado pelo governo aos profissionais da imprensa.

Tal hostilidade se manifesta, uma vez mais, quando em 08 de junho de 2020, o Ministério da Saúde impõe uma política de restrição quanto à divulgação de dados oficiais sobre novos casos de Covid-19 e óbitos registrados no país devido à doença. Naquele momento, frente a um iminente apagão informativo, seis veículos da imprensa brasileira (G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha de S.Paulo e UOL), em iniciativa colaborativa inédita e em prol da transparência no trato de informações de interesse público, formaram um consórcio para buscar esses dados diretamente junto às secretarias estaduais de saúde. Desde então, todos os dias uma varredura é realizada pelos veículos para evitar que um apagão informativo se estabeleça no país². Desde eventos como esses, conforme identificam os dados revelados por esta análise, segue-se a escalada de casos de hostilidade, agressão, descrédito e obscuridade.

2. Em busca de uma definição para o Jornalismo

As mudanças profundas nos processos jornalísticos com a sua pós-industrialização (Anderson; Bell; Shirky, 2013) desafiam a possibilidade de conceituar o jornalismo de forma segura num cenário de intensa precarização da profissão e não restrito ao trabalho nas redações. Diante disso, entendemos que “o jornalismo precisa ser compreendido para além de suas fronteiras tradicionais e organizacionais” (Deuze; Witschge, 2016: 10), contemplando a diversidade e o dinamismo que perpassam as práticas e compõem o universo jornalístico na contemporaneidade. Frente a uma realidade que bagunça e desestabiliza a instituição jornalística, trazendo novos arranjos organizacionais e questionamentos múltiplos ao trabalho da imprensa, a proposta de Deuze e Witschge (2016: 8) aponta para um caminho interessante: lançar “uma perspectiva diferente sobre jornalismo que o vê como um objeto em movimento, algo semelhante a um “tornar-se”, em vez de um “ser”.

Esta perspectiva reconhece o caráter dinâmico do jornalismo, diante dos novos tempos marcados por transformações delineadas pela “permanente impermanência” (Deuze; Witschge, 2016: 8) na indústria e no ambiente de trabalho. O olhar dos autores reivindica uma concepção menos estável para o jornalismo, ao fazer uma convocação: atentar-se para o “tornando-se” do jornalismo, impedindo o apego a um conceito fixo estabelecido. Sem ignorar o movimento de constante mudanças e descentralização do

² Conforme registrado no Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em 02 jun. 2022.

trabalho jornalístico, entendemos aqui a necessidade de buscar uma noção que possa apontar para o que podemos chamar de uma possível “essência” da atividade jornalística. Esta intenção resulta principalmente de uma atmosfera de hibridismos e tentativas de vincular a narrativa jornalística a outras atividades – como o marketing e a propaganda, por exemplo – que podem se associar a esse fazer, mas que diferem em suas naturezas e objetivos.

Portanto, a compreensão do Jornalismo como uma forma de conhecimento orienta a ideia central defendida neste artigo, com base em estudos clássicos sobre a temática (Park, 1940; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992; Donsbach, 2013). Esta perspectiva teórica tem como marco o ensaio escrito pelo sociólogo e jornalista norte-americano Robert E. Park no início do século XX, “A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento”, um dos textos seminais sobre o tema. Tendo na sua experiência profissional como jornalista um dos diferenciais de seus estudos, o autor buscava responder que tipo de conhecimento as notícias proporcionam; no artigo, reflete sobre o tipo de conhecimento por elas produzido e as suas características. Influenciado pelo seu tutor William James, Park acredita na existência de duas formas básicas de conhecimento: a familiaridade com as coisas (*acquaintance with*) ou “conhecimento de” (mais intuitivo) e o conhecimento sobre (*knowledge about*) ou “conhecimento acerca de” (mais sistemático).

As notícias seriam assim um conhecimento que estaria situado entre o saber “de ordem mais tácita”, ligado ao senso comum e à prática, e o conhecimento formal e ordenado, representado pela ciência. Na visão do autor, as notícias não podem ser consideradas formas de conhecimento sistemáticas, como as ciências, por se tratarem de eventos, não de coisas. No entanto, podem desempenhar a mesma função exercida pela percepção para os indivíduos: “não apenas informa, mas orienta o público, dando a todos a notícia do que está acontecendo” (Park, 2008: 60). Logo, a força da notícia como conhecimento estaria na sua característica transitória, focada no tempo presente: “Um repórter, diferente do historiador, busca somente registrar cada evento quando ele acontece e está interessado no passado e futuro apenas na medida em que esses projetam luz sobre o que é real e presente” (Park, 2008: 58).

Ao propor uma espécie de atualização sobre a compreensão de Park (1940) das notícias como forma de conhecimento, Nielsen (2021) evidencia que na contemporaneidade estas estariam muito mais próximas ao estabelecimento de diversas formas de conhecimento, dado que o fenômeno noticioso, com o transcorrer do tempo também se atualiza e, hoje, digitaliza-se. Tal leitura enfatiza o reconhecimento da existência de notícias digitais de tipos diferentes e que ocasionam que se “repense a conexão básica entre a notícia e o conhecimento” (Nielsen, 2021: 5). O professor da Universidade de Oxford, na Inglaterra, ao dialogar com as ideias de Park conclui que as notícias digitais não geram uma forma, mas formas de conhecimento. Nielsen (2021) considera que a descrição de Park sobre notícia é relevante mesmo sendo escrita em outro contexto, e postula pela necessidade de repensar a conexão entre notícia e conhecimento.

No Brasil, as ideias de Park são refletidas e ponderadas no âmbito dos estudos em jornalismo inicialmente por Adelmo Genro Filho, no final dos anos 1980. Numa visão marxista, a abordagem adelmiana, entretanto, lança um outro olhar nesse viés, ao considerar o jornalismo não apenas como uma forma de conhecimento, mas trazendo o elemento da singularidade para esta compreensão. Deste modo, Genro Filho (2012) critica a proposta teórica de Park por considerá-la limitada, funcionalista³ e alinhada a uma lógica pragmática e positivista “com um mero reflexo empírico e, necessariamente acrítico, cuja função seria somente integrar os indivíduos no ‘*status quo*’ e adaptá-lo na organicidade social vigente” (Genro Filho, 2012: 54). Apesar de concordar com Park sobre a compreensão do papel exercido pelas notícias na sociedade, a defesa de Genro Filho concebe o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada no singular⁴.

Demarcando uma diferença com relação à noção adotada por Park, Genro Filho considera a visão do jornalista e sociólogo norte-americano como funcionalista: “partindo dos pressupostos teóricos que adota, Park não poderia ir além da função orgânica da notícia e da atividade jornalística, em que pese algumas pistas não desprezíveis que ele oferece” (Genro Filho, 2012: 51). Para Genro Filho, o autor não questiona a classificação “pragmática” sobre o conhecimento estabelecida por William James, o que o impede de avançar nas reflexões.

Com uma perspectiva panorâmica e relativa distância temporal das discussões até então estabelecidas acerca do tema, Eduardo Meditsch (1997) reúne três abordagens em torno da produção de conhecimentos por meio do jornalismo para inferir que sim, o jornalismo produz conhecimentos de tipo específico, constituindo-se, ainda, como uma prática social de perfil aplicado. Para o autor, partindo-se da ótica científica, o jornalismo não pode (e nem deve) ser considerado ciência, pois os postulados desta não seriam plenamente atendidos pelo produto que resulta da prática jornalística, a saber, a notícia.

Nesse sentido, o jornalismo seria considerado, a partir do ponto de vista acadêmico-científico, uma “ciência malfeita” (Meditsch, 2008: 9). Meditsch também recupera a proposição de Park (1940), acima aludida, para inferir que o conhecimento produzido pelo jornalismo estaria no entremeio entre o senso comum e o conhecimento sistemático, vinculado, em essência, à ciência. Por fim, o autor evidencia a leitura feita por Genro Filho (2012) quando este apresenta a proposta de que a produção de conhecimentos pelo jornalismo se relaciona àquilo que ocorre na realidade social cotidiana a partir da singularidade dos acontecimentos noticiosos reportados. Esse conhecimento, ancorado no singular, estaria associado às demais formas de conhecimento (oriundas do senso comum e do campo científico), lhes sendo complementar.

Para Genro Filho, “o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela *singularidade*” (Genro Filho, 2012: 52, grifo no original). Essa argumentação,

3 Entende-se que Adelmo Genro Filho tenha interpretado de modo equivocado a vinculação de Robert E. Park com o Funcionalismo, pois este autor vincula-se diretamente ao Interacionismo Simbólico, característico da Escola de Chicago.

4 Para chegar a essa leitura, Genro Filho (2012) articulou o jornalismo às categorias epistemológicas de singular, particular e universal propostas pela Georg Lukács (1885-1971) em sua teoria da arte.

entendemos, é complementada hoje pelas propostas de Deuze; Witschge (2016) e de Nielsen (2021), que, de certa maneira, atualizam a discussão. Concordando com o que asseveram Deuze; Witschge (2016), Nielsen (2021:12) enfatiza que “deveríamos ser céticos quanto às análises e aos comentários que capturam apenas uma tendência geral comum a todas as formas de notícia”. Meritório de “um novo capítulo na Sociologia do Conhecimento”, Nielsen (2021:19) reconhece que “as notícias continuam a fornecer o primeiro rascunho da história”, agora, no entanto, “esse rascunho vem cada vez mais de diferentes formas, variando das impressões instantâneas rabiscadas e compartilhadas em fluxos até as formas mais detalhadas, guiadas por dados e sistemáticas de jornalismo explicativo”. Nisso se avança, e muito, em relação às “notícias que eram oferecidas no século XX” (Nielsen, 2021:15-16).

Ainda em conformação, o campo de estudos que advoga pelo reconhecimento do jornalismo como forma de conhecimento específica é recente, no entanto, sua peculiaridade frente às clássicas visões acerca das formas de conhecimento é incontestável. Ao nos associarmos a essa compreensão, avançamos, a seguir, na articulação desta prática frente ao contexto informativo deste início de terceira década do século XXI, marcada pela profusão e celeridade informativas – fatores que igualmente favorecem o cenário de desinformação que experimentamos e que se constitui num dos principais vetores da infodemia dos dias atuais.

3. Anticientificismo e pseudociência em perspectiva

No contexto político e social no qual insurge o Brasil na pandemia da SARS-CoV-2 claramente configura-se um cenário de descrédito acentuado nas instituições e nos poderes constituídos. Há também uma frontal desqualificação dos pilares da civilidade, dentre os quais os direitos humanos, nas suas mais diferentes instâncias e sujeitos. Os ataques a jornalistas e à ciência não se resumem a divergências ideológicas e morais, mas a um projeto articulado de governos, com diferentes forças nacionais e internacionais que se somam para submergir a partir dos rescaldos e das rupturas que esse modelo de governança fez irromper.

Desde março de 2020, a pandemia de Covid-19, numa das maiores crises sanitárias da história, fez emergirem distorções no ecossistema comunicacional e jornalístico (Anderson; Bell; Shirky: 2013; Christofoletti: 2019). Da superabundância informativa eclodiu a expressão “infodemia”. A palavra traz o sentido de descomedimento de informação não confiável sobre um determinado tema, muitas vezes produzido por fontes não fiáveis e que se alastram de forma rápida pelas redes sociais, de modo tão veloz que essa avalanche inunda o mundo virtual com desinformação.

A infodemia (Marçal; Fiolhais, 2020: 41) é, portanto, uma “pandemia de informação”; por todo o planeta ficamos “inundados” de desinformação, nesse caso sobre o novo vírus e a doença que ele causa. Para compreender os sentidos da infodemia (Marçal; Fiolhais, 2020: 39-41), destacam que “vivemos hoje num mundo dominado

pela ciência, mas em que largas franjas da população desconfiam dela”. Segundo eles, “o termo infodemia surgiu no contexto da SARS, a síndrome respiratória aguda causada por um coronavírus que eclodiu na China em 2002”.

Na compreensão desta avalanche de desinformação e notícias fraudulentas, a resposta para o que é infodemia advém de reflexões sobre negacionismos de todas as ordens, especialmente o da ciência. “Há quem substitua conhecimento, que se constrói por aplicação de um método exigente e partilhado, que tem ou devia ter aceitação universal, por opinião, ou por crença, que variam conforme as idiosincrasias individuais” (Marçal; Fiolhais, 2020: 39). Essa negação, segundo os autores, conduz a um alinhamento nas campanhas anticientíficas, que eles denominaram de “inimigos da ciência”. Assim, Fiolhais e Marçal (2017) caracterizam esses “inimigos” como sendo: ditadores, ignorantes, fundamentalistas, vendilhões, exploradores do medo, obscurantistas e cientistas tresmalhados.

Os termos “negacionismo” e “anticientificismo” vem sendo utilizados pela comunidade científica no espectro do debate para entender o que se passa em termos de desinformação junto à sociedade. A solidez com que a “verdade científica” procurou sedimentar-se e, por conseguinte, a comunicação desta ideologia pelos *medias* passa a ser desafiada e desacreditada por uma parcela considerável da população, não apenas no Brasil, mas no mundo.

O físico e divulgador científico, Carl Sagan (1998) aborda o termo “anticientificismo”, sinalizando seu vínculo com credices populares, superstições e o senso comum (os quais contrariam as evidências científicas). A essas práticas denominou de “analfabetismo científico”, com acepções ligadas ao “obscurantismo e superstição”. Tal analfabetismo científico, ao associar-se à profusão de informações inverídicas e que reforçam visões estereotipadas e arraigadas ao comportamento humano encontra considerável potencial de reverberação no ambiente virtual contemporâneo, o qual é dominado, de acordo com Bakir e Mcstay (2017) pela economia da emoção e pela profusão de *fake news*. É nesse palco que as disputas de narrativa da ciência e do jornalismo se estabelecem e confrontam com o seu revés, o negacionismo, amplificado em um contexto de pós-verdade.

No próximo tópico, abordamos em profundidade o caso brasileiro, buscando elementos para compreender melhor as especificidades deste universo.

4. Ameaças a jornalistas no contexto brasileiro

Objetos de nosso estudo, os relatórios *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil* – levantamento anual realizado pela Fenaj – alertam para a gravidade das agressões e violências contra a prática jornalística profissional. A coleta de dados resulta do cruzamento entre denúncias recebidas pela entidade ou pelos Sindicatos de Jornalistas com base nos relatos das próprias vítimas de violência e o monitoramento dos casos divulgados pela imprensa. Ainda que não siga uma metodologia propriamente científi-

ca, o relatório é um ponto de partida relevante, pois busca reunir registros de violência em todo o país e o faz de modo sistemático.

Em sua última edição, o relatório atesta que a insegurança para o exercício do jornalismo no Brasil aumentou de modo intenso, especialmente a partir da posse de Jair Bolsonaro, em 2019. Em 2021, o número de violências contra jornalistas registrado pela FENAJ foi de 430 casos, seguindo a tendência observada no ano anterior. Ao todo, em 2020, foram registrados 428 episódios de agressão a jornalistas no país, o que representou um aumento de 105,77% em relação a 2019, por exemplo. Nesses dois últimos anos há uma percepção de continuidade das violências verificadas.

O relatório registra diferentes formas de violências, inclusive casos de agressões físicas e assassinato de dois jornalistas no período, fator que escancara a insegurança quanto ao exercício profissional do jornalismo no Brasil. Chegam a 13 os tipos de agressões já sofridas por jornalistas brasileiros no exercício da profissão (ou em sua decorrência) e reunidos pela Federação: Assassinatos, Agressões físicas, Agressões verbais/ataques virtuais, Ameaças/intimidações, Ataques cibernéticos, atentado, Censuras, Cerceamentos à liberdade de expressão por meio de ações judiciais, Descredibilização da imprensa, Impedimentos ao exercício profissional, Injúrias raciais/racismo, Sequestro/cárcere privado, Violência contra a organização dos trabalhadores/sindical.

Não apenas por serem as violências mais frequentes, mas também por atingirem a imprensa como um todo, a escolha do recorte aqui apresentado para análise se dá junto às categorias identificadas como *Censura* e *Descredibilização da Imprensa*. Também é relevante indicar que, apesar do elevado número de registros efetuados, a própria Fenaj aponta para a existência de subnotificações e casos de violência que sequer chegam ao seu conhecimento. O quadro abaixo ilustra o elevado percentual das agressões de cada categoria, cujas primeiras posições apenas trocaram de lugar em suas duas últimas edições.

Quadro 1 Origens dos ataques à imprensa nos anos pandêmicos de 2020 e 2021

VIOLÊNCIAS REGISTRADAS PELA FENAJ	CASOS 2020	CASOS 2021
Censuras	85 (19,86%)	140 (32,56%)
Descredibilização da imprensa	152 (35,51%)	131 (30,46%)
Agressões verbais/ataques virtuais	76 (17,76%)	58 (13,49%)
Ameaças/Intimidações	34 (7,94%)	33 (7,67%)
Agressões físicas	32 (7,48%)	26 (6,05%)
Cerceamento à liberdade de imprensa via ações judiciais	16 (3,74%)	15 (3,49%)
Impedimentos ao exercício profissional	14 (3,27%)	7 (1,63%)
Ataques cibernéticos	6 (1,40%)	4 (0,93%)
Violência contra a organização dos trabalhadores/sindical	6 (1,40%)	8 (1,86%)
Atentados	1 (0,23%)	4 (0,93%)
Injúria racial/racismo	2 (0,47%)	1 (0,23%)
Assassinato	2 (0,47%)	1 (0,23%)
Sequestro/Cárcere privado	2 (0,47%)	-

Fonte: produzido pelas autoras a partir do Relatório da Fenaj em 2020 e 2021

Como indicado acima, o relatório de 2020 evidencia que as principais formas de violência cometidas contra os jornalistas brasileiros foram as vinculadas à *Descrédibilização da imprensa*, seguida por episódios de *Censura*. Os dados de 2021 apontam que neste último levantamento houve uma alternância de posição entre os dois tipos de violência mais cometidos no ano anterior: agora os casos de *Censura* assumiram o primeiro lugar sendo seguidos pelos episódios de *Descrédibilização da imprensa*.

O responsável pelo maior número de agressões aos jornalistas brasileiros é o presidente da República, Jair Bolsonaro, reconhecido por adotar posturas de incentivo tanto à violência contra jornalistas quanto de ataques à ciência. A seguir estão os dirigentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os quais incorrem de modo reiterado em atos de censura quanto ao trabalho jornalístico de seus subordinados. Em relação à constatação de que o atual mandatário do país protagonizou a maior parte dos ataques infligidos a jornalistas brasileiros, a presidenta da Fenaj, Maria José Braga (2021: 4), entende que essa indicação “evidencia a institucionalização do desrespeito ao princípio constitucional da liberdade de imprensa, por meio da Presidência da República”, contribuindo, ainda, para a “disseminação de uma cultura da violência para a relação cidadãos/veículos de comunicação/jornalistas”.

Neste trabalho, a pretensão é aprofundar a discussão acerca dos ataques vinculados a essas duas categorias, *Censura* e *Descrédibilização da imprensa*, com a indicação de que os casos são considerados a partir de março de 2020, quando a pandemia de Covid-19 foi oficialmente decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o relatório da Fenaj (2021: 6), “a cobertura jornalística da pandemia provocada pelo novo coronavírus foi pretexto para dezenas de ataques do presidente e dos que o seguiram na negação da crise sanitária”. Esses ataques, quando reunidos sob as chaves aqui analisadas, alcançaram patamares colossais, sendo protagonizados ora pelo ocupante do Palácio do Planalto, ora por seus asseclas.

Embora os relatórios possam conter possíveis limitações e não reflitam com total fidelidade a realidade enfrentada pelos jornalistas brasileiros, pela dificuldade do próprio registro dessas violências, materializam documentos históricos. Apesar de haver fragilidades, entende-se que a relevância dos dados reunidos é maior do que as lacunas neles presentes. Desse modo, considerando-se o cenário até aqui apresentado e sua ressonância, avança-se, a seguir, no delineamento dos pontos de maior destaque acerca da análise realizada.

5. Metodologia e Análises

A estratégia metodológica utilizada para este estudo valeu-se de métodos e procedimentos da Análise de Conteúdo (AC), com base nos termos propostos por Bardin (2012). Buscando replicar a proposta da autora, três movimentos centrais conduziram a leitura e manuseio dos dois relatórios da Fenaj aqui tematizados: a pré-análise dos materiais, sua exploração e tratamento dos resultados e, finalmente, as etapas de inferência e

interpretação daquilo que se constatou. É a respeito dessas etapas que são revelados, a seguir, os principais achados derivados do escrutínio das informações reunidas nos relatórios. As principais agressões dos dois últimos relatórios são destacadas com subtítulos específicos para favorecer sua compreensão.

Antes de avançar para as análises, é preciso indicar que o cruzamento de dados dos relatórios da Fenaj sobre as manifestações de Bolsonaro em relação à Covid-19 e seus ataques à imprensa sob as chaves *Censura* e *Descrédibilização da imprensa* revelam que, ao longo de 2020 e 2021 as agressões contra jornalistas se intensificaram no território brasileiro. Além de mostrar uma associação direta entre a escalada da violência contra jornalistas e a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, os levantamentos dão conta de que ele também se mantém como o principal agressor. Logo após a sua ascensão ao cargo, em 2019, o número de ataques contabilizados chegou a 208, um aumento de 54,07% em relação a 2018. Desde então, os números mostram um crescente de agressões. Só em 2021, Bolsonaro protagonizou 147 casos (34,19%), do total de 430 episódios de violências, dois a mais que no ano anterior. A frequência é classificada como “alarmante” pela Fenaj.

A diferença é que comparativamente no último ano os casos de censura (140) superaram os de descrédibilização da imprensa (131). As ofensivas contra jornalistas mulheres apresentam como característica predominante o viés de gênero e misoginia. Cabe lembrar que, devido à dificuldade de acesso à informações relativas a redes sociais privadas, (Whatsapp, Telegram, Signal, dentre outras), é possível que o relatório da Fenaj não ilustre a totalidade das ocorrências. Mas nem tudo são violências: em 2021, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo ingressou com uma ação civil pública contra Bolsonaro e no início de junho deste ano, a Justiça determinou, em primeira instância, que ele pague R\$ 100 mil aos jornalistas de São Paulo: em se mantendo a decisão, frente a algum eventual recurso (que pode vir a ser impetrado), a decisão se constitui em um passo importante rumo à responsabilização dos culpados pelas agressões.

Abrimos as análises a partir do detalhamento dos episódios de censuras, considerando que estas lideraram os casos de agressões no último ano.

Censura - A Federação Nacional dos Jornalistas indica em seu relatório de 2020 que houve, ao todo, “76 casos de censura dentro da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), na qual o governo Bolsonaro atua para eliminar o caráter de empresa pública de comunicação e para impor a orientação governamental” (Fenaj, 2021, p. 6).

O cruzamento dos dados referentes à prática de censura e a questão da pandemia, revelam que igualmente neste recorte produções jornalísticas da EBC foram alvo de ações de interdição. De acordo com o relatório da Fenaj, “Declarações questionáveis do próprio presidente Jair Bolsonaro, como críticas à imprensa, e o ‘e daí’, em relação aos primeiros 5 mil mortos por Covid-19, foram cortadas” (Fenaj, 2021, p. 36). Além disso,

Alguns assuntos notadamente de interesse público não puderam ser abordados pelos veículos da EBC. A TV Brasil não fez reportagens sobre as filas na Caixa Econômica Federal para sacar o auxílio emergencial durante a pandemia. Na Agência de Notícias, não passaram sugestões sobre insegurança alimentar entre pessoas de baixa renda durante a pandemia, relatório sobre saúde mental, avanço da pandemia entre os povos indígenas, motivos da alta no preço do arroz e iniciativas como o do MST, que continuou vendendo arroz para o mercado interno sem aumento (Fenaj, 2021, p. 36).

Para além da esfera estatal, o próprio relatório de 2020 da Fenaj detalha um episódio de censura praticada por Silvio Santos, proprietário do canal de televisão SBT, que impediu a veiculação do principal telejornal da emissora, o *SBT Brasil*, em 23 de maio de 2020. Naquela data, “A censura do dono do SBT ocorreu após reclamações do governo federal sobre a cobertura que a emissora vinha fazendo da repercussão do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril” (Fenaj, 2021, p. 37). Na referida reunião, dentre diversas manifestações antiéticas (e até mesmo indecorosas) proferidas por ministros de estado, “a ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, falou em prender os governadores que adotassem o isolamento para conter a disseminação da Covid-19” (Fenaj, 2021, p. 37). O fato de proibir a veiculação de produções jornalísticas vinculadas àquela pauta, ainda que a emissora seja de capital privado, configura-se em outro episódio de censura a respeito da pauta pandemia.

Em 2021, os casos de censura chegaram a 140 ocorrências. De acordo com o relatório, a maioria delas (138) foram cometidas por dirigentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública federal de mídia cujo principal veículo é a TV Brasil. Os episódios de censura somaram 30,46% dos casos. De um ano para o outro (2020-2021) chama a atenção principalmente o crescimento desenfreado dos casos de censura, com um aumento de 64,71% em relação ao ano anterior. No relatório elaborado pela FENAJ é possível ter acesso a cada caso de modo detalhado, com registro em particular. Como a intenção aqui não é detalhar caso a caso, mas buscar subsídios para entender o fenômeno de modo abrangente e em perspectiva, não vamos destrinchar cada episódio aqui.

Em sua edição de número 188, de maio de 2022, a revista *Piauí*, na reportagem “‘Irruuuu!’ Como Bolsonaro transformou a TV Brasil na sua emissora”, assinada por Luigi Mazza, revela alguns dos constrangimentos e censuras aos quais profissionais da empresa foram submetidos. A maior parte das fontes ouvidas na reportagem apela ao anonimato para fazer suas declarações, sob pena de virem a ser punidas caso não o façam. Ouvido por Mazza sem a condição de anonimato, Márcio Garoni, repórter da EBC em São Paulo, informa que as imposições ocorrem de modo sutil, sem “censura expressa”, o que indica a busca por conferir um relativo grau de normalidade para a não cobertura dessas pautas pela empresa e se constitui em um grave problema para um veículo que, a rigor, teria de zelar pelo interesse público.

Descrédibilização da imprensa - Em 2020, especificamente no ambiente virtual, as plataformas de vídeo foram o dispositivo mais utilizado pelo presidente para atacar a

cobertura jornalística relativa à Covid-19, com equilíbrio quanto ao uso de seu canal no *YouTube* (12 vídeos) e as *lives* semanais que realiza (13 episódios). Nestes canais, Bolsonaro fez alusão a uma suposta “histeria” que teria sido “plantada” no país pela imprensa quanto ao coronavírus, vinculando-a à disseminação de “pânico” junto à população e também “à falta de compromisso com a verdade”.

O maior índice de ataques concentra-se no mês de março de 2020, com 15 atitudes de agressão (entre ataques no ambiente virtual e outros desferidos presencialmente, em diferentes locais). Na sequência, aparece o mês de abril, com 14 ataques. Nos meses seguintes os atos hostis de Bolsonaro à imprensa e igualmente vinculados à pandemia arrefeceram, ocorrendo com maior frequência em suas *lives* semanais, com destaque para o mês de dezembro daquele ano, quando sete episódios dessa natureza foram registrados.

As violências cometidas pelo mandatário ocorreram em momentos e lugares bastante variados: eventos aleatórios, programas de TV, coletivas de imprensa, pronunciamentos oficiais, reuniões e declarações em público. Os únicos meses em que agressões fora do ambiente virtual não ocorreram foram julho e dezembro, porém em suas manifestações on-line episódios desse tipo foram registrados (exceto pelo mês de outubro).

Ao visualizar os dados apresentados pelo relatório da Fenaj 2020, identifica-se que as *lives* foram o dispositivo preferencial e de uso sistemático utilizado por Bolsonaro para se comunicar com seus apoiadores e/ou correligionários. De forma reiterada, durante esses eventos, o presidente apresenta-se como vítima de uma imprensa impiedosa, promotora de distorções em torno das falas dele e que, principalmente, se ressentiu de não mais receber verbas publicitárias em grande volume, algo que seria habitual em gestões anteriores à sua. Exemplo disso ocorreu em 21 de maio de 2020 quando Bolsonaro afirmou em seu canal no *YouTube*: “Cloroquina era indicada pelo Jornal Nacional [da rede Globo de televisão] até para grávidas. Hoje, **sem teta**, a recomendação mudou” (grifo nosso).

O palavreado vulgar expresso pelo presidente é um recurso estético – de linguagem e retórica – de ataque utilizado para projetar efeitos hipotéticos de uma pretensa perseguição da emissora de TV e, ainda, para rebater a defesa feita por ele do uso do medicamento hidroxiclороquina. O corte dos investimentos do Estado em repasses de recursos para as empresas de mídia, sugere ele, seria o maior motivo para as retaliações e críticas que seu governo sofre por parte dos órgãos de imprensa não identificados com sua ideologia.

Outro recurso utilizado frequentemente pelo presidente para atacar a imprensa em relação à cobertura sobre a pandemia é o *Twitter*. Nesta rede social, Bolsonaro acusou a imprensa de fazer uso político da Covid-19 e, no caso específico da rede Globo de televisão, em agosto de 2020, afirmou que a emissora comemorou o alcance do patamar de 100 mil vítimas do vírus no país. Nesse processo reiterado de ataques à imprensa no contexto da pandemia, o presidente valeu-se, também do *Twitter*, para a emissão de *posts* que atribuem à imprensa a veiculação de desinformações.

Em alguns momentos, especialmente em setembro e outubro de 2020, os ataques conjugados de Bolsonaro à imprensa e à pandemia na internet diminuíam. Essa constatação não significa, no entanto, que elas tenham deixado de ocorrer, pois é flagrante a prática de violências por parte do presidente em espaços que extrapolam o ambiente on-line. Estas agressões perfazem, inclusive, um número mais elevado que as do ambiente virtual, caso de março daquele ano, quando onze ataques são promovidos por Bolsonaro no contato ao vivo com jornalistas e/ou seus partidários, prioritariamente no chamado “cercadinho do Palácio do Alvorada”.

Em 2021, os casos de descredibilização da imprensa somaram 131 episódios, alcançando 30,46% do total de ocorrências. As tentativas de colocar a atividade jornalística em descrédito representaram um desafio ainda maior em se tratando do enfrentamento à pandemia de Covid-19, num contexto afetado por informações falsas e relativização da verdade factual. Segundo os dados divulgados no relatório da FENAJ, todas elas tiveram como propósito atingir os veículos de comunicação em geral e a categoria dos jornalistas na sua totalidade.

Analisar o modo sistemático adotado pelo presidente para atacar a imprensa também evidencia a própria noção desvirtuada que ele aspira disseminar acerca do Jornalismo. Frente às tentativas de descaracterizar o potencial desse fazer ou confundi-lo com outras atividades, como o marketing e as relações públicas, revela-se uma insistente ação no sentido de associar a prática jornalística à mentira, à deturpação e à falta de credibilidade.

Ao utilizar-se de canais próprios para estabelecer uma comunicação direta com seus apoiadores, sem a mediação jornalística, Bolsonaro segue estratégias de governos populistas em todo o mundo, trazendo novos desafios ao jornalismo, que já sofria com a redução da confiança a ele atribuída. Ao questionar permanentemente as informações divulgadas pelos meios de comunicação em geral, ele também busca ser visto como fonte insuspeita dos fatos, desconsiderando que tanto a informação jornalística quanto a produzida pela ciência (e socializada pelo jornalismo) se diferenciam justamente pelos processos de verificação e de qualidade aos quais se submetem. Nesse movimento, ele conduz seus apoiadores a reagirem de modo semelhante e igualmente os instrumentaliza.

6. Considerações finais

Desde março de 2020, quando foi decretada a pandemia de Covid-19 pela OMS, a maneira errática e desarticulada com que o governo federal brasileiro conduziu o enfrentamento ao coronavírus é evidente. Atestado disso é o fato de o país ter registrado em um único dia, em 26 de março de 2021, a marca de mais de 3,5 mil óbitos, o que culminou com a assunção do Brasil ao *status* de epicentro da pandemia. Naquele momento, no cômputo geral de vidas perdidas se totalizavam 300 mil mortos - em junho de 2022, este patamar é de quase 670 mil. Após a troca de quatro ministros da Saúde

no período de um ano, o presidente brasileiro, que sempre investiu numa postura negacionista em relação à ciência, sendo refratário às medidas de contenção e isolamento indicadas pela comunidade científica e amplamente publicizadas pelos meios de comunicação, demonstra resistência em aceitar os efeitos de sua postura na elevação dos índices negativos quanto ao combate à pandemia.

Do panorama apresentado pelos relatórios da Fenaj de 2020 e 2021 desponta um cenário de intensa preocupação frente as tentativas deliberadas do atual presidente da República de confundir e manipular a opinião pública em favor de seus interesses pessoais. A análise, em detalhe, dos dados permite não apenas avançar na identificação das estratégias e sistemáticas utilizadas nas agressões e violências, mas também na compreensão sobre a potencialidade do jornalismo como forma de conhecimento. Afinal, a campanha de deslegitimação da imprensa encampada por Bolsonaro e seus seguidores se baseia principalmente numa articulação contra as bases do jornalismo, dentro da perspectiva clássica iluminista de esclarecimento dos cidadãos e que, por consequência, atinge também a ciência. O descrédito que enfraquece a autoridade profissional do jornalismo não pode ser visto de forma isolada porque envolve diferentes agentes. Neste caso em específico, evidencia-se que os atos de violência praticados contra o jornalismo profissional, no Brasil, ressoam também sobre a ciência, especialmente a partir da postura negacionista e anticientífica do atual mandatário do poder executivo do país.

O cenário da desinformação disseminado intencionalmente por políticos requer ainda uma necessária discussão sobre a ideia que se quer rotular ao jornalismo, quando se diz, por exemplo, que a atividade “replica mentiras”, como o faz o presidente do Brasil (Fenaj, 2020). Essa ação revela uma estratégia de confundir o que caracteriza de fato a atividade jornalística. Justamente por ser uma forma de conhecimento e “não apenas reproduz[ir] o conhecimento que ele próprio produz” e “reproduz[ir] também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (Meditsch, 1997, on-line), o jornalismo se consolida como uma ameaça a líderes populistas que hoje ocupam cargos públicos e fazem uso instrumental de seu poder.

Impossível não inferir que a desinformação, também fruto de um precário sistema educacional, somado à negação, especialmente da ciência, acrescido das ideologias extremistas, de uma infodemia, de crenças religiosas, conformaram um cenário perverso no país. Tudo isso juntou-se ao poder executivo e se sobrepôs como política governamental. Assim, todo aquele que não dialoga com essas premissas, transforma-se em inimigo a ser abatido, sendo os jornalistas e a ciência os alvos principais desta escalada contraditória que não se resume apenas à retórica, mas na evidência dos fatos.

A mesma linha de atuação adotada por Bolsonaro encontra respaldo junto a outros presidentes mundo afora nos últimos anos, a exemplo de Donald Trump, nos Estados Unidos, Recep Tayyip Erdogan, na Turquia e Aleksandr Lukashenko, de Belarus. Na sua essência, o jornalismo se constitui como uma forma social de produção de conhecimento. Conceber a atividade jornalística desta maneira implica considerar jornalistas não apenas comunicadores, mas produtores de conhecimento. Frente às ameaças e

violências que a profissão vem sofrendo nos últimos tempos parece-nos ainda mais necessário e relevante esta vertente teórica, considerando seu reconhecimento às potencialidades da prática profissional. Justamente por ser uma forma de conhecimento acerca da realidade, diferente da ciência ou da filosofia, o jornalismo tem a capacidade de dialogar com públicos amplos e diversos a partir de suas especificidades.

A noção de jornalismo reivindicada nesta pesquisa (Park, 1940; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992; Donsbach, 2013) fundamenta-se sobretudo na verdade como correspondência da realidade. Sendo um dos princípios jornalísticos mais elementares, a busca pela verdade factual se configura como basilar na orientação das práticas jornalísticas profissionais. Por isso, relaciona-se a um pilar importante nos parâmetros de qualidade em que se estrutura a imprensa, representando também uma ameaça a autocratas. Os ataques à imprensa e à democracia durante o governo Bolsonaro voltaram a ser alvo de repercussão internacional com o assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira em junho de 2022. Não se trata de um caso isolado: o estudo das violências possibilita verificar que o comportamento do presidente estimula uma conduta de hostilidade e desrespeito à imprensa (e igualmente à ciência) tornando a atividade jornalística uma prática de risco no Brasil.

Referências

- Anderson, C.W., Bell, Emily, Shirky, Clay. (2013). *O jornalismo pós-industrial*. Revista de Jornalismo ESPM, nº 5, ano 2, abril-maio-junho de 2013.
- Bakir, V., Mcstay, A. (2017). *Fake News and The Economy of Emotions*. Digital Journalism.
- Bardin, L. (2012). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedina Brasil.
- Braga, M. J. (2020). Apresentação. In: FENAJ. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2020*. Brasília. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso el 27 ene. 2021.
- Christofoletti, R. (2019) *A crise do jornalismo tem solução?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores.
- Moser, M., Kronbauer, J., Serpa, L. (Mayo, 2021). Periodismo y Ciencia en el centro del ataque negacionista en Brasil. En Marián Alonso-González, M., Méndez-Muros, S. Román-San-Miguel, A. *Transformación Digital*. Simpósio llevado a cabo en el XXVII Congreso Internacional de La SEP (Sociedade Española Periodística), Sevilla, Espanha.
- Deuze, M., Witschge, T. (2016) *O que o jornalismo está se tornando?* Parágrafo, v. 4, n. 2, jul/dez,7-21.
- FENAJ. (2021) *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2020*. Brasília. https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf.
- FENAJ. (2022) *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2021*. Brasília. <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021.pdf>.
- Fiolhais, C., Marçal, D. (2017). *A Ciência e seus Inimigos*. Lisboa, Gradiva.
- G1. (2021). *Brasil tem pior dia da pandemia com 3,6 mil mortes por Covid registradas em 24 horas; média volta a bater recorde*. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/26/brasil-tem-pior-dia-da-pandemia-com-3600-mortes-por-covid-registradas-em-24-horas-media-volta-a-bater-recorde.ghtml>, consultado el: 27 mar. 2021.
- G1. (2021). *Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>, consultado el: 25 mar. 2021.
- Genro, F., A. (2012). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Marçal, D., Fiolhais, C. (2020). *Apanhados pelo Vírus: Factos e mitos acerca da COVID-19*. Lisboa: Gradiva.
- Maza, L. (2022, mayo). “Irruuuu!” Como Bolsonaro transformou a TV Brasil na sua emissora. *Piauí*, p. 14-21.
- Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.
- Meditsch, E. (1997) *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?* Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>, consultado el: 10 jun. 2019.

- Meditsch, E. (2008). “O Jornalismo é uma forma de conhecimento?” In Sousa, J. P. *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa – perspectivas lusobrasileiras*. Porto: Edições UFP: 7-12.
- Nicoletti, J., & Flores, AMM (2022). Violência contra jornalistas no canal do Youtube de Jair Bolsonaro: análise dos primeiros 100 dias da pandemia de Covid-19 no Brasil. *Brazilian Journalism Research*, 18 (1), 4–35. <https://doi.org/10.25200/BJR.v%1n%.Y.1438>
- Nielsen, R. K. (2021). *Notícias digitais como formas de conhecimento: um novo capítulo na Sociologia do Conhecimento*. Intexto, 0(52), 96916. <https://doi.org/10.19132/1807-8583202152.96916>.
- Park, R. (2008). “A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento”. In Marrocco, B.; Berger, Ch. (Orgs.). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina.
- RSF Brasil (Repórteres Sem Fronteiras). (2021). *Um ano sombrio para a liberdade de imprensa no Brasil: 580 ataques contra a mídia em 2020*. Publicación bajo Embargo. Rio de Janeiro: Lunes, 25 de enero de 2021, (a las 06h). <https://rsf.org/pt>, consultado el: 27 ene. 2021.
- Sagan, C., (1998). *O Mundo Assombrado pelos Demônios*. Lisboa, Portugal: Gradiva Publicações SA.